

A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PERPETUAÇÃO DE CICLOS INTERGERACIONAIS DE POBREZA

362

Débora Karoline de Oliveira Magalhães¹; Hadiene Alves Moreira²; Daniela Domingues Sturza³; Rafael Bueno da Rosa Moreira⁴

1*, 2, 3 - Acadêmica, Centro Universitário da Região da Campanha - URCAMP/Bagé, debrmagalhaes@gmail.com, hadiene.alvesmoreira@gmail.com; sturza.geap@gmail.com.

4 - Professor orientador, Centro Universitário da Região da Campanha – URCAMP, rafaelbmoreira2@yahoo.com.br.

A pesquisa trata da perpetuação de ciclos geracionais de pobreza em consequência da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, estruturando-se como problemade pesquisa: Quais são os aspectos que vinculam a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza? Para a resolução do problema, buscou-se cumprir com o objetivo geral de demonstrar que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é fator que tem levado a perpetuação de ciclos intergeracionais da pobreza, tendo-se por objetivo específicos: - conceituar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; - demonstrar potenciais violações de direitos de crianças e adolescentes decorrentes da exploração sexual comercial; e analisar a consequente perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza que são originados com a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. A investigação utiliza do método de abordagem dedutivo, tendo como método de procedimento o monográfico. A técnica de pesquisa é a bibliográfica, baseando-se em artigos científicos, teses e livros. Assevera-se que a exploração sexual comercial é uma atividade que viola direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes, impactando negativamente no desenvolvimento integral e gerando como consequência a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza. É necessário salientar, ainda, que as causas econômicas são cruciais para a ocorrência da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, ocorrendo, em muitos dos casos, em busca da subsistência pessoal e familiar, o que ocasiona a reprodução e perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes; exploração sexual comercial; pobreza; trabalho infantil; violência sexual.

INTRODUÇÃO

A pesquisa trata da perpetuação de ciclos geracionais de pobreza em consequência da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, que é uma forma de violência sexual e uma atividade de trabalho infantil.

O problema que orienta a pesquisa é: Quais são os aspectos que vinculam a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza?

Para a resolução do problema, buscou-se cumprir com o objetivo geral de demonstrar que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é fator que tem levado a perpetuação de ciclos intergeracionais da pobreza, tendo-se por objetivos específicos: - conceituar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes; - demonstrar potenciais violações de direitos de crianças e adolescentes decorrentes da exploração sexual comercial; e analisar a consequente perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza que são originados com a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

A investigação utiliza do método de abordagem dedutivo, tendo como método de procedimento o monográfico. A técnica de pesquisa é a bibliográfica, baseando-se em artigos científicos, teses e livros. A abordagem se justifica em vista que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um problema social, jurídico, político e acadêmico, que necessita de investigações científicas para que obtenha respostas para os problemas econômicos em torno da perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza, que é ocasionado em tal atividade.

METODOLOGIA

O método de abordagem é o dedutivo, mediante uma abordagem inicial sobre as premissas gerais sobre o tema, para, posteriormente, verificar as premissas específicas (MEZZARROBA; MONTEIRO, 2014).

O método de procedimento é o monográfico, em que “a investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que influenciaram e analisando-o em todos os aspectos” (LAKATOS; MARCONI, 2011, p. 256-257).

A técnica de pesquisa é a bibliográfica, mediante a realização da investigação em livros, artigos científicos e teses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma violação de direitos que pode ser definida como:

[...] toda atividade sexual ou pornográfica realizada ou oferecida por crianças e adolescentes, ou seja, qualquer pessoa com idade inferior a 18 anos, mediante uma contraprestação que pode ser de natureza financeira, de oferta de bens e até mesmo de promessas ou ameaças. A exploração sexual comercial será remunerada ou estratégia de sobrevivência e resulta da condição de privações econômicas e sociais familiares. Também, caracteriza-se como alternativa desumana de subsistência no período da infância, em que quem detém o dinheiro viola sexualmente crianças e adolescentes que estão em situação de ameaça ou violação de direitos. O contexto da exploração sexual comercial possui como peculiaridades as discriminações, submissões, violações, dominações e opressões oriundas da condição etária, de gênero, étnico-racial, socioeconômicas, violência intrafamiliar e de não prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (MOREIRA, 2020, p. 77).

As pesquisas científicas sobre o contexto dessa atividade demonstram que são distintas as violações de direitos humanos e fundamentais, sendo uma prática que ocorre, especialmente, em vista da exclusão econômica e social e da situação de pobreza e extrema pobreza. Ou seja, na maior parte dos casos, crianças e adolescentes são submetidas a tal exploração em busca da garantia da subsistência pessoal e familiar, que não é garantia pela condição de pobreza e extrema pobreza. Os estudos têm demonstrado, que, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes causa exclusão social e reprime oportunidades na vida adulta, ocasionando a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2015).

O Brasil consolidou a proteção jurídica contra a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes de maneira alinhada ao direito internacional, sendo que os principais desafios da atualidade são no campo das políticas públicas que necessitam de ações estratégicas em prol da inclusão social e econômica (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2019).

A garantia de direitos da criança e do adolescente no Brasil possui uma base desde o direito internacional, que foi consolidada na Constituição da República Federativa do Brasil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e em demais dispositivos jurídicos nacionais. Pode-se afirmar que se avançou muito no campo da proteção jurídica desde 1990, havendo diversos desafios no campo político e social (MOREIRA; CUSTÓDIO, 2015). Nessa lógica, é

fundamental o enfrentamento de todas as formas de violação de direitos de crianças e adolescentes, dentre elas a exploração sexual comercial, para a garantia do seu desenvolvimento integral em sua multidimensionalidade (MOREIRA; CUSTÓDIO, 2018).

A garantia dos direitos inerentes à cidadania também é essencial nesse processo, pois a erradicação da pobreza é passo importante para a garantia de direitos de crianças e adolescentes e o enfrentamento da exploração sexual comercial (MOREIRA; CUSTÓDIO, 2019). Assim, é no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes onde se deverá realizar a execução de políticas públicas rumo ao rompimento dos ciclos intergeracionais da pobreza (CUSTÓDIO; MOREIRA, 2018).

CONCLUSÃO

O Brasil vem avançando na consolidação da proteção jurídica para o enfrentamento da exploração sexual comercial e garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, porém são necessários avanços no campo das políticas públicas para que se concretizem direitos sociais e se efetive à cidadania.

Destaca-se, com a execução da investigação, que a exploração sexual comercial é uma atividade que viola direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes, impactando negativamente no desenvolvimento integral e gerando como consequência a perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza.

Por fim, pode-se afirmar que as causas econômicas são cruciais para a ocorrência da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, ocorrendo, em muitos dos casos, em busca da subsistência pessoal e familiar, o que ocasiona a reprodução e perpetuação de ciclos intergeracionais de pobreza.

REFERÊNCIAS

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes: Reflexões Contemporâneas no Contexto do Brasil, da Argentina e do Uruguai**. Curitiba: Multideia, 2015.

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. O papel das políticas públicas na promoção de ações de sensibilização sobre violência sexual contra crianças e adolescentes. **Revista Jurídica Direito e Paz**, Lorena, n. 41, ano XII, p. 123-144, jun./dez. 2019.

CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. Estratégias Municipais para o Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. In: XXVII Encontro Nacional do CONPEDI, 27, 2018, Salvador. **Anais eletrônicos**. Salvador: UFBA, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **As estratégias e ações de políticas públicas para a erradicação da exploração sexual comercial nos municípios brasileiros no contexto jurídico e político da teoria da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente**. 2020. 291 f. Tese (Doutorado em Direito), Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2020.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa; CUSTÓDIO, André Viana. A Influência do Direito Internacional no Processo de Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, n. 02, v. 23, p. 178- 197, mai./ago. 2018.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa; CUSTÓDIO, André Viana. A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, n. 01, v. 5, p. 224-245, jan./jun. 2015.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa; CUSTÓDIO, André Viana. Participação política e cidadania no Brasil: exercício da cidadania plena por meio da efetivação da educação de crianças e adolescentes. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, n. 02, v. 14, p. 279-300, jul./dez. 2019.